

Telecom Net S/A Logística Digital

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Telecom Net S/A Logística Digital

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Telecom Net S/A Logística Digital (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telecom Net S/A Logística Digital em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de junho de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Felipe Augusto Silva Fernandes
Contador - CRC 1MG091337/O-5 TSP

Telecom Net S.A. Logística Digital

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2018	2017	Passivos	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.040	4.898	Fornecedores	12	59.890	53.465
Contas a receber	7	33.756	32.249	Impostos e contribuições a recolher		500	704
Adiantamento à operadoras	9	9.853	10.825	Salários e encargos a pagar		1.239	1.322
Impostos a recuperar		265	471	Outras contas a pagar		<u>1.080</u>	<u>345</u>
Outros créditos		<u>1.383</u>	<u>3.197</u>				
Total do ativo circulante		<u>52.298</u>	<u>51.640</u>	Total do passivo circulante		<u>62.709</u>	<u>55.836</u>
Realizável ao longo prazo				Impostos diferidos	20	533	-
Depósitos judiciais	13	373	381	Provisão para contingências	13	<u>2.217</u>	<u>2.004</u>
Impostos diferidos	20	9.619	2.232			<u>2.750</u>	<u>2.004</u>
Contas a receber - Partes relacionadas	8	1.530	1.530	Total do passivo não circulante			
Outros Créditos		<u>2.002</u>	<u>-</u>				
Total do realizável ao longo prazo		<u>13.524</u>	<u>4.143</u>	Capital social	14	17.148	14.573
Imobilizado	10	347	616	Reserva legal		1.448	1.448
Intangível	11	<u>13</u>	<u>22</u>	Prejuízos acumulados		<u>(17.873)</u>	<u>(17.440)</u>
		<u>361</u>	<u>638</u>	Total do patrimônio líquido		<u>723</u>	<u>(1.419)</u>
Total do ativo não circulante		<u>13.884</u>	<u>4.781</u>				
Total dos ativos		<u><u>66.183</u></u>	<u><u>56.421</u></u>	Total dos passivos e patrimônio líquido		<u><u>66.183</u></u>	<u><u>56.421</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Telecom Net S.A. Logística Digital

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	15	23.242	19.553
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	16	<u>(12.413)</u>	<u>(9.060)</u>
Lucro bruto		<u>10.828</u>	<u>10.493</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Vendas	17	(9.758)	(10.889)
Administrativas e gerais	18	(8.446)	(9.722)
Valor recuperável de contas a receber	21	694	(143)
Outras receitas operacionais		<u>467</u>	<u>419</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas		(6.215)	(9.842)
Receitas financeiras	19	598	767
Despesas financeiras	19	<u>(1.670)</u>	<u>(1.499)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(1.072)</u>	<u>(731)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.287)	(10.573)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	<u>6.854</u>	<u>1.654</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(433)</u></u>	<u><u>(8.919)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Telecom Net S.A. Logística Digital

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	<u>(433)</u>	<u>(8.919)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>(433)</u></u>	<u><u>(8.919)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Telecom Net S.A. Logística Digital

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)		14.573	1.448	(8.521)	7.500
Prejuízo do exercício		-	-	(8.919)	(8.919)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		14.573	1.448	(17.440)	(1.419)
Aumento de capital		2.576	-	-	2.576
Prejuízo do exercício		-	-	(433)	(433)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		17.149	1.448	(17.873)	724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Telecom Net S.A. Logística Digital

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(433)	(8.919)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação	10	417	529
Amortização de ativos intangíveis	11	9	23
Constituição de provisão para contingências	13	213	1.283
Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	7	(693)	142
Baixa de ativo imobilizado e intangível	10	65	10
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	(6.854)	(1.654)
		<u>(7.276)</u>	<u>(8.586)</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	7	(814)	(1.453)
Adiantamento a operadoras	9	972	794
Impostos a recuperar		206	451
Outros créditos		(188)	(156)
Depósitos judiciais	13	7	x
Fornecedores	12	6.425	9.631
Salários e encargos a pagar		(83)	363
Impostos e contribuições a recolher		(204)	6
Outras contas a pagar		735	(435)
Receita para entrega futura		-	(1.210)
		<u>(220)</u>	<u>(534)</u>
Caixa líquido usado nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	10	(214)	(283)
Aquisição de intangíveis	11	-	(7)
		<u>(214)</u>	<u>(290)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aporte de capital de acionista	14	2.576	-
		<u>2.576</u>	<u>-</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos			
		<u>2.142</u>	<u>(824)</u>
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa			
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		4.898	5.722
No fim do exercício		<u>7.040</u>	<u>4.898</u>
		<u>2.142</u>	<u>(824)</u>
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Telecom Net S/A Logística Digital (“Companhia”) tem como objeto social: (i) o comércio de módulo microprocessado (Chip GSM ou SIM Card (Subscriber Identity Module - Módulo de Identificação do Assinante)) utilizado para armazenar os dados privados do Assinante, tais como: número telefônico, número de assinante de identificação internacional e as chaves de autenticação, além de outros serviços de telefonia móvel pessoal das Operadoras de Telefonia Celular, operados na tecnologia GSM; (ii) comércio eletrônico por meio de compra e venda e distribuição de créditos digitais para acesso de conteúdo digital fornecido por empresas especializadas; (iii) estoque, manuseio, distribuição e merchandising de cartões de ativação que contém um Código de Crédito Pré-Pago impresso, podendo ser na modalidade POSA (Point of Sale Activated - Ponto de Venda Ativado) ou na modalidade Presente (Gift Card); (iv) a implantação e operação de rede informatizada para a prestação de serviços de captura, transporte, distribuição eletrônica de créditos pré-pagos de qualquer natureza; de títulos de capitalização e de produtos similares de conteúdo eletrônico, por meio de equipamentos e maquinários eletrônicos, (v) treinamento, capacitação e outras atividades correlatas ao ramo, e (vi) representação de qualquer natureza, inclusive comercial. A Companhia tem como endereço a Rua Bandeira Paulista, 600 - 12º andar - Itaim Bibi - São Paulo/SP.

A Companhia apresentou perdas líquidas e caixa usado nas atividades operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro 2018, a Companhia acumulou prejuízos de R\$ 17.873 (R\$ 17.440 em 2017), prejuízo líquido de R\$ 433 (R\$ 8.919 em 2017) e caixa líquido utilizado nas atividades operacionais de R\$ 220 (R\$ 534 em 2017), bem como seus passivos circulantes superaram o ativo circulante em R\$ 10.411 (R\$ 4.196 em 2017). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrava R\$ 10.411 de passivo circulante líquido (R\$ 4.196 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia conta com o suporte financeiro e econômico de partes relacionadas (Euronet Worldwide, Inc “grupo Euronet”) e a Administração vem implementando medidas para adequar seu fluxo de caixa e recuperar a rentabilidade do negócio.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de junho de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, através de resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota 10** - Depreciação de ativo imobilizado e provisão para redução a valor recuperável;
- **Nota 11** - Amortização do ativo intangível;
- **Nota 13** - Provisão para contingências;
- **Nota 15** - Receita operacional líquida; e

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 13** - Provisão para contingências;
- **Nota 20.a** - Impostos de renda e contribuição social diferidos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar o valor justo, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 21** - Instrumentos financeiros

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 19 para derivativos designados como instrumentos de hedge.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

A Empresa classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Empréstimos e recebíveis Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Veja a nota explicativa 21 sobre os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge*.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Capital social

Ações nominativas são classificadas como patrimônio líquido. Os lucros apurados serão destinados, conforme deliberação dos acionistas.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos principais itens do imobilizado, para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Máquinas e equipamentos - POS	3 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios e instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Refere-se ao custo de aquisição de direitos de comercialização e de *software*, deduzido de amortização acumulada.

(ii) *Gastos subseqüentes*

Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual pelo método linear pelo período de 5 anos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada do principal item do intangível, para os períodos correntes e comparativos é a seguinte:

Software	5 anos
----------	--------

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A administração da Companhia não identificou nenhum indicativo de perda de valor nos períodos apresentados que requeresse o teste de recuperação e eventual constituição de uma provisão sobre seus ativos.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

h. Benefícios a empregados

Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Receita de vendas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 15. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa 5.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao comprador. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

j. Receita de serviços e comissão

A receita com a prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão na data de elaboração das demonstrações financeiras e não é feito nenhum tipo de medição visto que tais serviços referem-se a comissão, produção de gift card e ativação de chip.

Quando a Companhia atua como agente ao invés de principal em uma transação, a receita reconhecida é o valor líquido da comissão recebida.

k. Adiantamento à operadoras

Tratam-se de adiantamentos referentes a créditos de recargas adquiridos junto as operadoras de telefonia. Tais créditos não expiram e no momento da aquisição inicial, tais montantes não são individualizados como um crédito pré-identificado, funcionando como um pré pagamento para créditos que serão revendidos ao cliente final em data futura.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem variações cambiais ativas e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem variações cambiais passivas perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

m. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber na demonstração do resultado.

(i) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 143, reconhecidas pelo CPC 38, de 'outras despesas' para 'perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber' na demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros são apresentadas na rubrica de "despesas financeiras", similar à apresentação no CPC 38, e não apresentadas separadamente na demonstração do resultado devido a considerações sobre materialidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa.

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e concluiu não ter impacto significativo de mensuração sobre seu patrimônio líquido e resultado como parte da adoção dessa norma.

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

Para uma explicação de como a Companhia classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48/IFRS 9, veja Nota explicativa 21.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

Em milhares de reais	Nota	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e bancos		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2	2
Aplicações financeiras		Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	4.896	4.896
Contas a receber de clientes	(7)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	32.249	32.249
Adiantamento a operadoras		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	10.825	10.825
Outros créditos		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.197	3.197
Depósitos judiciais		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	381	381
Total de ativos financeiros				51.550	51.550
Fornecedores		Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	53.465	53.465
Outras contas a pagar		Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	345	345
Total de passivos financeiros				60.970	60.970

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 - Veja a nota explicativa 21.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. No entanto, a aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 não trouxe impacto adicional relevante para redução ao valor recuperável.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente.

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável). Entretanto, a análise do impacto na adoção do CPC 48 não trouxe impacto a serem reconhecidas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

(ii) CPC 47/IFRS 15 Receita de Contratos com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O CPC 47 não trouxe modificações que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

(i) CPC 06(R2) - Arrendamentos

O Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de suas instalações. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Além disso, a Companhia não mais reconhecerá provisões para arrendamentos operacionais que ela avaliar como onerosos. A Companhia incluirá nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

(iii) Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03.

a. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	5	2
Aplicação financeira de liquidez imediata	<u>7.035</u>	<u>4.896</u>
	<u>7.040</u>	<u>4.898</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em 2018 e 2017, referem-se a investimentos em fundos de renda fixa com remuneração em 100,9% da variação da taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e sem penalidade em resgates feitos fora do vencimento. Em 2017 a Telecom Net S/A Logística Digital optou por segregar as aplicações financeiras automáticas de suas contas de bancos para as contas de aplicação financeira de liquidez imediata.

7 Contas a receber

	2018	2017
Duplicatas a receber	34.307	33.493
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	<u>(551)</u>	<u>(1.244)</u>
	<u>33.756</u>	<u>32.249</u>
	2018	2017
Faixas de atraso - Aging		
A Vencer	33.726	32.109
< 30 dias	38	154
31 - 60 dias	37	42
61 - 90 dias	26	38
91 - 120 dias	101	69
121 - 150 dias	65	48
151 - 180 dias	51	41
181 - 360 dias	12	118
> 360 dias	<u>251</u>	<u>874</u>
	<u>34.307</u>	<u>33.493</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 21.

Saldo em 31 de dezembro de 2016		(1.101)
Constituição de provisão		(740)
Reversão de provisão		<u>597</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>(1.244)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(1.244)
Constituição de provisão		(978)
Reversão de provisão		<u>1.671</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>(551)</u>

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela Diretoria eleita com base na alteração do contrato social. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.109 (R\$ 2.165 em 2017).

	2018	2017
Salários	1.447	1.534
Encargos e outros (seguro de vida, previdência privada, INSS e FGTS)	<u>662</u>	<u>631</u>
	<u>2.109</u>	<u>2.165</u>

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo não circulante		
Contas a receber		
PaySpot, Inc (a)	1.018	1.018
Adiantamento de dividendos		
Euronet Worldwide, Inc (b)	<u>512</u>	<u>512</u>
Total	<u><u>1.530</u></u>	<u><u>1.530</u></u>
Passivo não circulante		
Fornecedores (c)		
Euronet Worldwide, Inc	15	13
PaySpot, In.	<u>1.174</u>	<u>1.002</u>
Total (Nota 10)	<u><u>1.189</u></u>	<u><u>1.015</u></u>
Resultado		
Variação cambial ativa (d)		
PaySpot, Inc	196	101
Euronet Worldwide, Inc	<u>3</u>	<u>1</u>
Total	<u><u>199</u></u>	<u><u>102</u></u>
Variação cambial passiva (e)		
Euronet Worldwide, Inc	(5)	(1)
PaySpot	<u>(368)</u>	<u>(119)</u>
Total	<u><u>(373)</u></u>	<u><u>(120)</u></u>

- (a) **Contas a receber**
Os valores registrados nesta conta estão relacionados a rateios de despesas compartilhadas entre a Telecom Net S.A. Logística Digital Brasil e as empresas Euronet Worldwide, Inc e PaySpot, Inc, devido aos gastos relacionados a implantação e desenvolvimento de software que deverá ser dividido entre as empresas do Grupo.
- (b) **Adiantamento de dividendos**
Do montante de R\$ 512, o valor de R\$ 453 refere-se a dividendos pagos a maior em 2012. Este valor será abatido no momento da realização do próximo pagamento a dividendos.
- (c) **Fornecedores**
Os valores registrados nesta conta estão relacionados a rateios de despesas compartilhadas entre as empresas Euronet Worldwide, Inc e PaySpot, Inc com a Telecom Net S.A. Logística Digital, devido aos gastos relacionados a implantação e desenvolvimento de software que deverá ser dividido entre as empresas do Grupo.
- (d) **Variação cambial ativa**
Conforme quadro explicativo acima não houve variação para o contas a receber da Euronet Worldwide Inc, por outro lado, em relação ao contas a receber da Payspot apresentamos para o exercício uma variação cambial ativa
- (e) **Variação cambial passiva**
Conforme quadro explicativo acima, apresentamos um aumento no Intercompany referente a Euronet Worldwide Inc, devido a uma variação cambial passiva, esse mesmo efeito acontece com a Payspot dentro deste exercício.

O controlador final da Companhia é a Euronet Worldwide, Inc (“grupo Euronet”).

9 Adiantamento à operadoras

	2018	2017
Créditos de telefonia para recarga (pré-pago e fixo)		
Oi	5.033	5.406
Claro	80	2.322
Tim	4.516	2.268
Chips	142	389
Outros	82	440
	9.853	10.825

Tratam-se de adiantamentos referentes a créditos de recargas adquiridos junto as operadoras de telefonia. Tais créditos não expiram e no momento da aquisição inicial, tais montantes não são individualizados como um crédito pré-identificado, funcionado como um pré pagamento para créditos que serão revendidos ao cliente final em data futura.

10 Imobilizado

	Máquinas e Equipamentos POS	Equipamentos de informática	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Benefitorias em imóveis terceiros	Total
Custo						
Saldo final - 31 de dezembro 2017	4.299	2.034	1.848	115	753	9.049
Adições	47	39	128	-	-	214
Baixas	(639)	(1.112)	(193)	-	-	(1.944)
Saldo final - 31 de dezembro 2018	3.707	961	1.783	115	753	7.319
Depreciação acumulada						
Saldo final - 31 de dezembro 2017	(4.184)	(1.867)	(1.564)	(65)	(753)	(8.433)
Adições	(94)	(59)	(244)	(23)	-	(420)
Baixas	602	1.095	184	-	-	1.881
Saldo final - 31 de dezembro 2018	(3.676)	(831)	(1.624)	(88)	(753)	(6.972)
Valor residual						
Em 31 de dezembro de 2017	115	167	284	50	-	616
Em 31 de dezembro de 2018	31	130	159	27	-	347

	Máquinas e Equipamentos POS	Equipamentos de informática	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Benfeitorias em imóveis terceiros	Total
Custo						
Saldo final - 31 de dezembro 2016	4.130	2.046	1.869	115	759	8.919
Adições	187	85	11	-	-	283
Baixas	(18)	(97)	(30)	-	(6)	(151)
Saldo final - 31 de dezembro 2017	4.299	2.034	1.850	115	753	9.049
Depreciação acumulada						
Saldo final - 31 de dezembro 2016	(4.112)	(1.860)	(1.275)	(42)	(759)	(8.048)
Adições	(90)	(102)	(314)	(23)	-	(529)
Baixas	18	95	24	-	6	143
Saldo final - 31 de dezembro 2017	(4.184)	(1.867)	(1.564)	(65)	(753)	(8.433)
Valor residual						
Em 31 de dezembro de 2016	18	167	594	73	-	871
Em 31 de dezembro de 2017	115	1.203	284	50	-	616

11 Intangível

	Direitos de comercialização	Programas de computador	Total
Custo			
Saldo final - 31 de dezembro 2017	1.800	866	2.666
Aquisições	-	-	-
Baixas	-	(180)	(180)
Saldo final - 31 de dezembro 2018	1.800	686	2.486
Depreciação acumulada			
Saldo final - 31 de dezembro 2017	(1.800)	(844)	(2.644)
Amortização	-	(9)	(9)
Baixas	-	180	180
Saldo final - 31 de dezembro 2018	(1.800)	(673)	(2.473)
Valor residual			
Em 31 de dezembro de 2017	-	21	21
Em 31 de dezembro de 2018	-	13	13
Custo			
Saldo final - 31 de dezembro 2016	1.800	862	2.662
Aquisições	-	7	7
Baixas	-	(3)	(3)
Saldo final - 31 de dezembro 2017	1.800	866	2.666
Depreciação acumulada			
Saldo final - 31 de dezembro 2016	(1.800)	(823)	(2.623)
Amortização	-	(22)	(23)
Baixas	-	1	1
Saldo final - 31 de dezembro 2017	(1.800)	(844)	(2.645)
Valor residual			
Em 31 de dezembro de 2016	-	39	39
Em 31 de dezembro de 2017	-	22	22

12 Fornecedores

	2018	2017
Operadoras de telefonia (Recarga)		
Oi	19.487	13.042
Tim	18.782	11.358
Vivo	5.052	5.762
Claro	1.211	3.243
Outras operadoras	635	3.956
Total	45.167	37.361
Fornecedores (Gift Card)		
Acesso	162	6.484
Google	7.962	4.176
Microsoft	2.196	1.117
Uber do Brasil	1.965	128
Netflix	525	1.051
Primeiro Pay	348	801
Outros Fornecedores Nacionais	376	1.332
Total	13.534	15.089
Partes relacionadas (Nota 8)	1.189	1.015
	59.890	53.465

O valor a pagar às operadoras de telefonia refere-se a aquisições de créditos pré-pagos de telefonia fixa e móvel celular. Para garantia dessas operações comerciais junto às operadoras de telefonia, a Companhia possui cartas de fiança contratadas junto a bancos no valor de R\$ 61.000.

A Companhia apresentou um aumento significativo em operadoras de telefonia em decorrência de novos contratos gerados da operação de venda de Recarga.

13 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente no valor de R\$ 2.217 para o ano de 2018 (R\$ 2.004 em 2017) para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

As movimentações na provisão para contingências são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2017	Adições	Não utilizados estornos reclassificações	Saldos em 2018
Trabalhistas	1.714	273	(42)	1.945
Cíveis	<u>290</u>	<u>40</u>	<u>(58)</u>	<u>272</u>
	<u>2.004</u>	<u>313</u>	<u>(100)</u>	<u>2.217</u>
	Saldos em 2016 Reapresentado	Adições	Não utilizados estornos reclassificações	Saldos em 2017
Trabalhistas	497	1.636	(419)	1.714
Cíveis	<u>224</u>	<u>142</u>	<u>(76)</u>	<u>290</u>
	<u>721</u>	<u>1.778</u>	<u>(495)</u>	<u>2.004</u>

Como parte dos processos a Companhia registrou depósitos judiciais cíveis e trabalhistas de R\$ 373 (R\$ 381 em 31 de dezembro de 2017).

Processos com risco de perda possível

Em 2018 a Administração avaliou, com base em informações de seus consultores jurídicos externos, bem como em análise das demandas judiciais similares em fase de julgamento, que existe uma obrigação cujo risco de perda foi classificado como possível no montante de R\$ 183 (R\$ 211 em 31 de dezembro de 2017).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital integralizado é de R\$ 17.148 (R\$ 14.573 em 31 de dezembro de 2017) representados por 9.739.230 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma acima:

Acionista	2018		2017	
	Ações	Participação	Ações	Participação
Telecomnet LLC	9.739.229	99,99%	9.739.229	99,99%
Euronet Worldwide, Inc.	<u>1</u>	<u>0,01%</u>	<u>1</u>	<u>0,01%</u>
	<u>9.739.230</u>	<u>100,00%</u>	<u>9.739.230</u>	<u>100,00%</u>
Acionista	2017		2016 Reapresentado	
	Ações	Participação	Ações	Participação
Telecomnet LLC	9.739.229	99,99%	9.739.229	99,99%
Euronet Worldwide, Inc.	<u>1</u>	<u>0,01%</u>	<u>1</u>	<u>0,01%</u>
	<u>9.739.230</u>	<u>100,00%</u>	<u>9.739.230</u>	<u>100,00%</u>

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

15 Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita bruta tributável		
Receita bruta de produtos vendidos - recarga	69.602	68.650
Receita de serviços prestados (Gift Card)	16.811	10.964
	86.413	79.614
Deduções		
Impostos sobre vendas (i)	(63.171)	(60.017)
Devoluções e abatimentos	-	(44)
	23.242	19.553
Receita operacional líquida	23.242	19.553

- (i) A receita reconhecida é o valor da operação calculada através do valor de face menos a comissão dos clientes. Entretanto, os impostos sobre as vendas incidem sobre o valor de face de recarga de celular vendida (valor bruto).

16 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	2018	2017
Depreciação dos equipamentos POS e display	(339)	(364)
Chips de celular	(867)	(534)
	(1.206)	(898)
Custo dos produtos vendidos		
Gift card	(11.207)	(8.135)
Conteúdos digitais	-	(27)
	(11.207)	(8.162)
Custo dos serviços prestados	(11.207)	(8.162)
	(12.413)	(9.060)

17 Despesas de vendas

	2018	2017
Despesas com pessoal	(5.678)	(5.870)
Serviços com terceiros	(111)	(2.150)
Despesa com operações	(2.344)	(2.034)
Viagens e representações	(431)	(532)
Devedores incobráveis	(1.194)	(303)
	(9.758)	(10.889)

18 Despesas administrativas e gerais

	2018	2017
Despesas com pessoal	(5.240)	(4.929)
Serviços com terceiros	(648)	(1.159)
Despesas gerais	(1.775)	(2.755)
Despesas com ocupação	(578)	(580)
Despesas tributárias	(119)	(113)
Depreciação e amortização	(86)	(186)
	(8.446)	(9.722)

19 Despesas financeiras, líquidas

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimento aplicações financeiras	122	299
Multas e juros recebidos	189	243
Outros receitas	287	225
	598	767
Despesas financeiras		
Despesas com fiança bancária	(784)	(710)
Variação cambial passiva	(379)	(121)
Despesas bancárias	(258)	(373)
Juros, multas e IOF pagos / incorridos	(89)	(111)
Seguro de Crédito	(159)	(172)
Outros despesas	(1)	(11)
	(1.670)	(1.499)
Resultado financeiro líquido	(1.072)	(731)

20 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Nota 7)	(551)	(1.647)
Provisão para contingências (Nota 13)	(2.217)	(4.390)
Prejuízos fiscais acumulado	(23.409)	-
Outras provisões	(546)	(527)
	(26.723)	(6.564)
 Alíquota	 34%	 34%
 Total do IRPJ / CSLL diferido	 9.086	 2.232
Composição do IRPJ / CSLL diferido		
Total do IRPJ / CSLL diferido sobre prejuízo fiscal	7.959	-
Total do IRPJ / CSLL diferido sobre diferenças temporárias	1.127	2.232
 Total do IRPJ / CSLL diferido Ativo não Circulante	 9.619	 2.232
Total do IRPJ / CSLL diferido Passivo não Circulante	(533)	-

b. Conciliação do resultado do exercício

A conciliação do crédito calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e do crédito de imposto de renda e contribuição social creditado em resultado é demonstrada como segue:

	2018	2017
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(7.287)	(10.573)
 Aliquota fiscal combinada	 34%	 34%
 IRPJ e CSLL pela aliquota combinada	 2.477	 3.595
Exclusões (adições) permanentes líquidas	(2.700)	(3.004)
Composição das adições permanentes		
Brindes	(20)	(19)
Depreciação de equipamentos de POS	(57)	(41)
Custo dos bens baixados (POS conforme inventário)	-	-
Outras despesas indedutíveis	(2.623)	(2.944)
	223	591
 Corrente	 -	 -
Diferido	9.086	1.654
 Aliquota efetiva	 101,99%	 5,59%

21 Instrumento financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos as quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico relacionado a riscos significativos individuais.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente que contemplam o porte, análise dos demonstrativos anuais, referências comerciais obtidas e pesquisa cadastral utilizando as ferramentas disponíveis no mercado, feitas essas análises que são revisadas conforme estabelecido na política de crédito, a companhia atribuiu um rating de seus clientes que são classificados por grupo de risco e para cada grupo de risco é calculado um percentual sobre o saldo a receber de clientes que incluem os saldos a vencer.

	Perda Provável
<30 dias(*)	0,15%
31 - 60 dias	100%
61 - 90 dias	100%
91 - 120 dias	100%
121 - 150 dias	100%
151 - 180 dias	100%
181 - 360 dias	100%
>360 dias	100%

(*) Os títulos com data de vencimento inferior à 30 dias, a faturar e a vencer são calculados uma perda provável a partir do porte de empresa, conforme destacado abaixo:

Grande Varejo	0,00%
Médio Varejo	0,15%
Pequeno Varejo	0,15%

A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura aplicar suas operações em instituições sólidas e com risco baixo. Em relação aos adiantamentos a operadoras, a companhia possui ciclo positivo quando mantém baixo fluxo financeiro de adiantamentos à operadora pelos valores de recarga. Observa-se que o giro dos créditos de adiantamento de recarga foram de 7 dias em 2017 (8 dias em 2016).

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	7.040	4.898
Contas a receber (Nota 7)	33.756	32.249
Adiantamento a operadoras (Nota 9)	9.853	10.825
Partes relacionadas (Nota 8)	1.530	1.530
Outros créditos	3.385	3.197
	55.564	52.699

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento companharia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

a. Administração financeira de risco

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de preço das mercadorias vendidas

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Instrumentos de taxa variável

Ativos financeiros	2018	2017
Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4)	7.035	4.896

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A análise de sensibilidade levou em consideração os instrumentos financeiros influenciados pelo comportamento dos índices CDI.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2018	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV - 25%	V - 50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	7.035	Variação do CDI	6,42%	452	565	678	339	226

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2017	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV - 25%	V - 50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	4.896	Variação do CDI	9,38%	459	574	689	344	230

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos e a venda de produtos. A Companhia não possui operações realizadas em moeda estrangeira.

b. Composição dos saldos

O quadro abaixo apresenta os principais instrumentos financeiros por categoria:

	Valor justo através do resultado		Custo amortizado	
	2018	2017	2018	2017
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	-	-	7.040	4.898
Contas a receber de clientes (Nota 6)	-	-	33.756	32.249
Contas a receber de partes relacionadas - (nota 8)	-	-	1.018	1.018
Adiantamento de dividendos de partes relacionadas - (nota 8)	-	-	512	512
Adiantamentos a operadoras (Nota 9)	-	-	9.853	10.825
Outros créditos	-	-	3.385	3.197
Passivos				
Fornecedores (Nota 12)	-	-	59.890	53.465
Outras contas a pagar	-	-	1.080	345

c. Hierarquia de valor justo

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata e às aplicações financeiras vinculadas ao caixa restrito.

* * *

Solange Moreira de Almeida Cunha
Diretora Presidente

Sirlene Florencio Moraes
Contador CRC 1SP282.559/O-2